

SUMÁRIO

Introdução (Política legislativa específica)	15
A Lei n. 11.672, de 8 de maio de 2008 (lei dos recursos repetitivos no âmbito do STJ)	19
1. Breve cenário concebido sob as bênçãos da Constituição de 1988.....	19
2. O direito, o direito processual civil e o mito da celeridade da Justiça.....	21
3. Considerações gerais sobre a lei dos recursos repetitivos.....	25
4. A técnica, as peculiaridades e a natureza jurídica dos recursos excepcionais (especial e extraordinário).....	26
5. O Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	27
5.1. A composição do Superior Tribunal de Justiça.....	28
5.2. A competência do Superior Tribunal de Justiça.....	31
5.2.1. Competência originária.....	31
5.2.2. Competência recursal.....	32
5.2.2.1. Recurso ordinário.....	32
5.2.2.2. Recurso especial.....	33
5.3. Divisão dos órgãos julgadores do Superior Tribunal de Justiça.....	35
6. A sistemática específica da lei dos recursos repetitivos.....	41
6.1. A atuação dos presidentes e vice-presidentes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais.....	41
6.2. O relator no STJ.....	42
6.3. Das informações colhidas na Corte de origem.....	43
6.4. A participação dos terceiros interessados.....	44
6.5. Da participação do Ministério Público.....	45
6.6. Do procedimento no âmbito do STJ.....	46
6.7. Da hipótese de desistência após a afetação do recurso à sistemática dos recursos repetitivos.....	48
7. A efetivação da nova norma em julgados do STJ.....	50
7.1. O julgamento pioneiro.....	50
7.2. O segundo leading case.....	61
7.3. Um balanço atualizado da nova sistemática dos recursos repetitivos.....	135

8. À guisa de conclusão.....	155
Anexos.....	157
Bibliografia.....	169